

# FECHAR ESCOLA É CRIME SOCIAL: CAUSAS, IMPACTO E ESFORÇOS COLETIVOS CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO.

Alessandro Santos Mariano<sup>1</sup>  
Marlene Lucia Siebert Sapelli<sup>2</sup>

**Eixo: Educação e políticas sociais**

## **Resumo**

O objetivo desse artigo é analisar as causas e consequências do processo de fechamento de turmas/turnos/escolas do campo e indicar o movimento que tem sido realizado em contraposição a tal estado de coisas. O trabalho foi feito por meio de pesquisa bibliográfica, análise de dados apresentados nos últimos censos escolares e coleta de depoimentos de sujeitos envolvidos em situações de fechamento e reabertura de escolas do campo. Na primeira parte analisamos o processo de fechamento das escolas no contexto da trajetória da luta e da construção da proposta da Educação do Campo; em seguida problematizamos algumas causas do fechamento das escolas e concluímos apresentando exemplos de organização coletiva para se contrapor a esse movimento.

**Palavras-chave: fechamento; escolas do campo; luta social**

## **Introdução**

Desde os anos 1990, várias políticas foram anunciadas no sentido de propor a universalização do atendimento escolar, enfatizando o compromisso com o Ensino Fundamental, garantindo condições iguais de acesso e permanência à escola para todos os sujeitos, sejam eles do campo ou da cidade, homens ou mulheres, de diferentes etnias e origens, não importando o que os diferenciasse. Isso tudo sustentado legalmente no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, no inciso: “ I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; e no artigo 214, no inciso “ II – A universalização do atendimento escolar”.

Porém, tais indicativos, por vezes, se tornaram letras mortas ou políticas consolidadas na precarização. Quando essas questões se referem aos sujeitos do campo, aumenta a complexidade das proposições ou ausência delas. Isso se sustenta, especialmente, em concepções que consideram os sujeitos que lá vivem ‘atrasados’, portanto, sem necessidade de uma escolarização para além de quatro anos, ou na crença que uma educação compensatória, sem qualidade, seja suficiente para tais sujeitos.

---

<sup>1</sup> Mestrando do PPGE da Unicentro; email: [alessandromst@yahoo.com.br](mailto:alessandromst@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora pelo PPGE da UFSC, docente do Departamento de Pedagogia da Unicentro, email [marlenesapelli@gmail.com](mailto:marlenesapelli@gmail.com)

Esse estado de coisas provocou uma reação da classe trabalhadora do campo que, a partir dos anos 1990, vem se organizando e forjando um grande movimento intitulado Educação do Campo, como vemos a seguir, que entre suas pautas tem colocado a luta pela direito à escolarização em todos os níveis de ensino.

O objetivo desse artigo é analisar as causas e consequências do processo de fechamento de turmas/turnos/escolas do campo e indicar o movimento que tem sido realizado em contraposição a tal estado de coisas. O trabalho foi feito por meio de pesquisa bibliográfica, análise de dados apresentados nos últimos censos escolares e coleta de depoimentos de sujeitos envolvidos em situações de fechamento e reabertura de escolas do campo.

A problemática da pesquisa se expressa nas seguintes questões: o que representa a escola para as comunidades que vivem no campo? Quais as causas e consequências do fechamento das escolas do campo? Que estratégias os governos têm utilizado para fechar as escolas? Que movimentos de contraposição existem? Como uma comunidade pode se organizar para impedir o fechamento de uma escola ou para conseguir a reabertura da mesma?

Na primeira parte analisamos o processo de fechamento das escolas no contexto da trajetória da luta e da construção da proposta da Educação do Campo; em seguida problematizamos algumas causas do fechamento das escolas e concluímos apresentando exemplos de organização coletiva para se contrapor a esse movimento.

## **Resultados**

### **O processo de fechamento de escolas no campo no contexto da luta e da construção da proposta da Educação do Campo**

A Educação do Campo não expressa apenas a adoção de uma nova nomenclatura e não pode ser compreendida de forma isolada dos processos de produção material e social da vida que a constitui. Tratar de tal questão requer pensar no contexto no qual vivemos, portanto, na sociedade organizada e sustentada em relações capitalistas que expressam a contradição entre capital e trabalho, que se pautam na produção crescente e insaciável de mais-valia e não nas necessidades humanizadoras.

Nesse contexto, vivenciamos a política do capital internacional para o Brasil, principalmente, na década de 1990, o que significou a consolidação do modelo neoliberal que levou à privatização de estatais, desmantelamento dos serviços públicos, indicando como exigência a consolidação de um Estado Mínimo para as questões sociais. Segundo Caldart (2009, p. 47-48), há o

acirramento da luta de classes no campo, motivado por uma ofensiva gigantesca do capital internacional sobre a agricultura, marcada especialmente pelo controle das empresas transnacionais sobre a produção agrícola, que exacerba a violência do capital e de sua lógica de expansão sobre os trabalhadores, e notadamente sobre os camponeses.

Para Fernandes, (2008, p.48):

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das tecnologias. Da escravidão a colheitadeira controlado por satélite, o processo de exploração e de dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta.

Fernandes (2008), demonstra que no campo brasileiro, o que está em questão são objetivos antagônicos num mesmo contínuo curso, pois, à medida em que as classes dominantes no campo vão cada vez mais concentrando a terra, a renda e as riquezas, os camponeses organizados vão lutando para impedir a sua expropriação da terra, ou ainda, conforme Ianni (1985), resistindo à proletarização no campo ou na cidade, o que significa um movimento contrário à própria lógica de funcionamento do modelo hegemônico.

Esse processo impactou na definição das políticas educacionais para diferentes setores e sujeitos. Assim, em nome da racionalidade técnica e da otimização dos padrões das escolas, se estabeleceu a necessidade de realizar o fechamento das escolas consideradas pequenas, impulsionando uma política de transporte escolar, levando os estudantes do campo para a cidade ou à negação da escolarização aos sujeitos que no campo vivem.

Para se contrapor a tais questões, a classe trabalhadora tem se organizado e articulado o movimento da Educação do Campo que, segundo Caldart (2009, p.39), se posiciona “como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.

O movimento em defesa da Educação do Campo nasceu das contradições sociais num contexto histórico de intensas lutas, não isoladamente por escola. Podemos indicar quatro marcos históricos desse processo. O primeiro deles foi o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA.

[...] no final do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA – promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no mês de julho de 1997, em Brasília, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília – UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude – UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, é lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho (GHEDINI, PARMIGIANI E GOBO, 2000, p. 10)

Ao final do encontro foi elaborado o Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro que anunciava

Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.

Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.

Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização.

Percebemos que neste manifesto a Educação aparece vinculada, fundamentalmente, a um sujeito coletivo de luta pela Reforma Agrária, neste caso, o MST, e ao mesmo tempo tem uma perspectiva de que a Educação não é determinante, mas se constitui como um dispositivo essencial desde que vinculada a processos mais amplos. O manifesto não perde de vista ainda a dimensão da política pública, afirmando de maneira objetiva a necessidade de se ter escolas nos assentamentos e acampamentos, mas sem perder de foco que isso só se dará com movimentos organizados e por isso, conclui o documento conclamando pessoas e organizações para lutar por outro projeto de nação e por uma outra Educação.

O segundo marco foi no ano de 1998, quando o Ministério de Desenvolvimento Agrário criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – para atender as áreas de assentamentos de reforma agrária, preferencialmente, na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional e no Ensino Superior. O Ministério da Educação e Cultura criou um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo e depois uma Coordenação da Educação do Campo

(PARANÁ, 2005, p. 59). Ribeiro (2010) afirma que apesar de ser um programa na esfera do Estado, ele é resultado da luta dos movimentos sociais do campo.

Não parte do Estado esta iniciativa, mas é uma resposta aos movimentos sociais populares e explica-se no contexto do *I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária*. [...] A força dos movimentos sociais populares rurais/do campo, com a iniciativa do MST e apóio de entidades nacionais e internacionais pesou na conquista do Pronera. (p. 189).

Naquele ano também tivemos o terceiro marco, em Luziânia (GO), com a realização da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Unicef, UNESCO, CNBB e UnB e como quarto marco, de 2 a 6 de agosto de 2004, a realização da II Conferência, no mesmo local, com 1.100 participantes. Estas duas conferências são significativas para o avanço nas discussões sobre a construção de políticas educacionais para o campo e expressam o compromisso dos movimentos sociais com a questão.

Esses marcos, de certa forma, foram responsáveis por desencadear várias ações posteriores, num processo de continuidade da organização e da pressão coletiva em defesa da Educação do Campo.

Mesmo com os avanços conseguidos, ainda é grande a luta necessária para impedir, especialmente as prefeituras, de fechar as escolas que estão nas comunidades do campo. Os números, apresentados em várias bases de dados são preocupantes. Um caso emblemático de fechamento de escolas foi o ocorrido no Rio Grande do Sul, no governo Yeda Crusius, do PSDB. Segundo Leher (s/d , p. 6), “

Em 2008, Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul denunciaram o MST como entidade criminosa e terrorista, defendendo que o movimento deveria ser colocado na ilegalidade. A partir desse posicionamento, o governo do estado do Rio Grande do Sul descredenciou todas as escolas itinerantes do estado, inviabilizando-as.

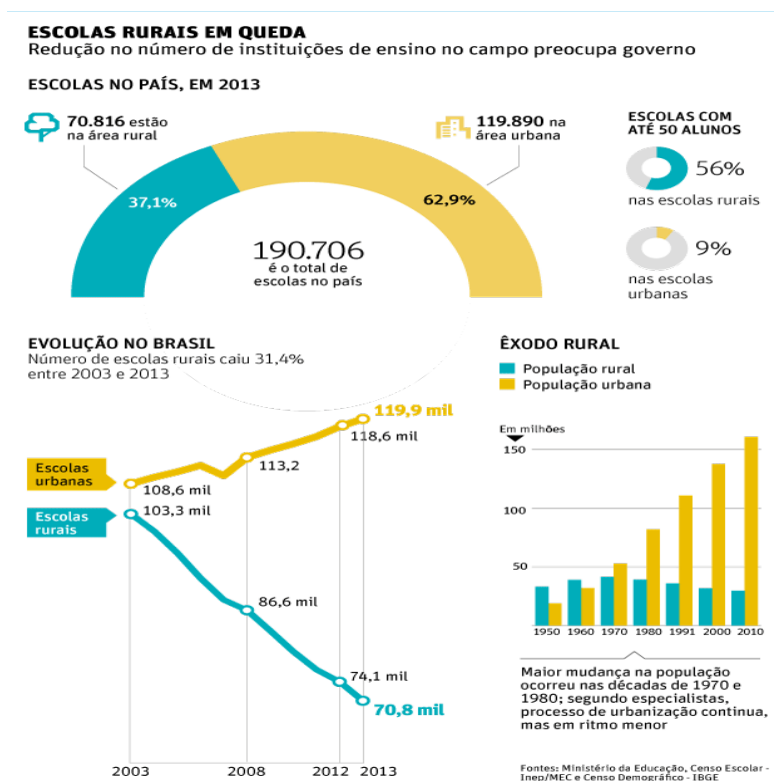
Fatos como esses, ocorridos na maioria dos estados brasileiros, levou o MST, em 2011, a deflagrar uma Campanha Nacional intitulada “Fechar escola é crime!” que tinha como objetivo central promover um grande debate na sociedade sobre o fechamento das escolas e o direito das populações do campo à educação. A campanha indicava várias reivindicações:

- as escolas devem estar perto das residências dos estudantes;

- as escolas devem ser nucleadas no próprio campo;
- o transporte escolar não é suficiente para resolver o problema da falta de escolas no campo. As escolas do campo devem ser no campo;
- as escolas do campo devem ter todos os níveis e modalidades de ensino;
- o MEC deve ter uma ação para garantir, nos estados e municípios, a construção de escolas;
- as escolas devem ser construídas com áreas de esporte, cultura, lazer e informática;
- as esferas do Poder Executivo, Legislativo, o Ministério Público, Conselhos de Educação devem barrar imediatamente o processo sistemático de fechamento das escolas (MST, 2011, s/p).

Entendemos melhor o sentido dessa luta, ao compararmos os dados do Censo Escolar de 2013 com os dados de 2003, o que leva à constatação de que o número de escolas do campo no Brasil caiu em 31,4%. Tínhamos em 2003, 103.300 escolas do campo e, em 2013, 70.816 escolas; sendo que na área urbana, em 2003 tínhamos 108.600 escolas e, em 2013, 119.890 escolas.

**Figura 1 – Diminuição do número de escolas do campo no Brasil – 2003-2013**



Fonte: Cacian (2014).

Esse processo não aconteceu da mesma forma em todos os estados brasileiros. Vejamos no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Fechamento de escolas do campo no Brasil – 2003-2012**

ESTADOS	TOTAL ESCOLAS DO CAMPO		QUANTIDADE DE ESCOLAS FECHADAS
	2003	2012	
Rondônia	1.780	630	1.150
Ceará	7.890	3.922	3.968
Goiás	1.146	600	546
Tocantins	1.340	707	633
Santa Catarina	2.569	1.464	1.105
Rio Grande do Sul	4.447	2.586	1.861
Espírito Santo	2.225	1.328	897
Paraná	2.313	1.554	759
São Paulo	2.167	1.458	709
Rio Grande do Norte	2.565	1.727	838
Piauí	5.793	3.924	1.869
Mato Grosso	1.326	900	426
Alagoas	2.504	1.709	795
Paraíba	4.410	3.055	1.355
Bahia	17.056	11.984	5.072
Minas Gerais	6.749	4.773	1.976
Sergipe	1.576	1.161	415
Rio de Janeiro	1.652	1.254	398
Pernambuco	6.447	4.895	1.552
Pará	10.353	8.329	2.024
Distrito Federal	93	78	15
Maranhão	10.578	9.550	1.028
Roraima	566	514	52
Acre	1.310	1.294	16
Amazonas	3.857	3.997	-140
Amapá	456	481	-25
Mato Grosso do Sul	160	238	-78
<b>TOTAL</b>	<b>103.328</b>	<b>74.112</b>	<b>29.459</b>

Fonte: Censo Escolar 2003 e 2012 MEC/INEP

O quadro, a seguir, torna a situação de cada região brasileira, mais visível.

**Quadro 2 – Fechamento de escolas do campo, por região, no Brasil – 2003-2012**

Região	2003	2012	TOTAL Escolas Fechadas
Nordeste	58.819	41.927	16.882
Norte	19.662	15.952	3.710
Sudoeste	12.793	8.813	3.980
Sul	9.329	5.604	3.725
Centro-Oeste	2.725	1.816	908

Fonte: Censo Escolar 2003 e 2012 MEC/INEP

Percebe-se que, o número de escolas fechadas havia começado a diminuir há dois anos, mas voltou a crescer em 2013, conforme quadro a seguir:

### **Quadro 3 - Total de escolas do campo fechadas entre 2003 e 2012**

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL DE ESCOLAS FECHADAS</b>
2012 a 2013	-3.296
2011 a 2012	-2.117
2010 a 2011	-3.159
2009 a 2010	-3.648

Fonte: Censo Escolar-MEC/INEP

Esses dados explicitam uma grande contradição, pois, enquanto se avançou no âmbito legislativo e das políticas públicas para a educação no campo, não houve ações suficientes para parar o fechamento de escolas no meio rural.

### **Causas do fechamento de escolas no campo**

O Estado brasileiro tem usado de várias estratégias para fechar as escolas: inicia fechando turmas; concentrando o trabalho da escola em apenas um período; nuclearizando as escolas; criando a convicção que a escola da cidade é melhor e transportando os estudantes para ela e outras. Tais estratégias acabam amenizando os conflitos e mascarando a situação.

Consideramos que a principal causa do fechamento das escolas é o avanço do agronegócio no campo, que tem expandido a monocultura e a concentração de terra. Segundo o último censo agrário do IBGE de 2006, 1% do total das propriedades rurais detém 44,42% das terras e 3,35% detém 61,57% das terras, enquanto, em 2003, possuíam 51,6%. As propriedades com menos de 100 hectares representam 68,55% do total e detém 5,53% das terras. As propriedades com menos de 10 hectares representam 47,86% do total e detém 2,36% das terras. Os minifúndios passaram de 9,4%, para 8,2% da área total, apesar de terem crescido em número em 21%; as pequenas propriedades passaram de 17,8%, para 15,6%; e as propriedades médias de 21,2%, para 20%. O índice de Gini (indicador dessa concentração) aumentou de 0,836 em 1967, para 0,854 em 2006.



Portanto, a estrutura fundiária brasileira expressa uma enorme desigualdade social e demonstra que, economicamente beneficia uma minoria, em detrimento de uma grande maioria de agricultores sem ou com pouca terra. Dentro desse contexto desigual, na década de 1960, se instaurou um modelo agrícola que tinha como objetivo dinamizar e modernizar a agropecuária brasileira, fato que agravou a disparidade entre as pequenas e grandes propriedades, por meio da chamada Revolução Verde, que enfatizou o caráter monocultor e exportador do campo brasileiro.

Outra causa é fragilização da agricultura familiar camponesa, pois, o subsídio creditício e financiador para o agronegócio é muito maior fortalecendo a produção de grãos, a expansão de monocultura, a especulação sobre as pequenas propriedades.

Em relação às políticas educacionais, identificamos dois fatores que contribuíram para o fechamento de escolas no campo: o primeiro foi o repasse de recurso via FUNDEB que estipula o valor nacional por aluno/ano que representa um referencial mínimo a ser complementado pela união em conjunto com o estado ou município. O valor anual mínimo nacional por aluno, em 2013 foi de R\$ 2.243,71 (dois mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos). Essa estipulação de valor *per capita* por aluno levou muitos gestores municípios e estaduais a fechar escolas em função do número reduzidos de estudantes.

O segundo fator das políticas educacionais foi o financiamento do transporte escolar pelo Ministério da Educação, que tem repassado recursos para que os municípios e estados adquiram ônibus para transporte de estudantes, o que tem fortalecido as políticas de nuclearização de escolas no campo.

Em muitos processos analisados por pesquisadores, o motivo indicado por várias prefeituras é de ordem econômica, ou seja, alegam não ter recursos para manter as escolas da área rural, com poucos estudantes, em funcionamento. Isso, no mínimo, deve ser considerado questionável, uma vez que em outros níveis de ensino, como no caso do Ensino Superior, se mantém cursos em funcionamento, com meia dúzia de estudantes, que tem um custo muito mais alto do que uma escola do campo com 50 estudantes, por exemplo.

### **Esforços coletivos contra o fechamento das escolas e o impacto do mesmo**

Em geral, o fechamento das turmas/turnos/escolas não acontece sem a reação da classe trabalhadora. Vários coletivos vêm se organizando para enfrentar essa situação e impedir o fechamento das escolas ou mesmo juntando esforços para reabrir aquelas fechadas em momentos anteriores.

Esses esforços culminaram, em 27 de março de 2014, na publicação da Lei 12.960, que alterou o Artigo 28 da LDB 9394/96. Apesar dessa afirmação, entendemos que a aprovação dessa alteração não representa uma conquista significativa, mas inclui a manifestação da comunidade como um dos itens a serem observados. Se a comunidade não estiver organizada ou estiver convencida que o melhor é o fechamento da escola, a alteração da Lei não serve para parar ou reverter o processo. A redação do Artigo em questão passou a ser:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Além da Campanha “Fechar escola é crime”, vários são os exemplos de sujeitos coletivos que também têm se organizado para se contrapor ao processo de fechamento de escolas. Isso se explicita nos depoimentos<sup>3</sup> apresentados a seguir

No ano passado a prefeitura de Teixeira Soares decidiu fechar a Escola Municipal no Assentamento Che Guevara, o argumento da secretária municipal de Educação foi de que transferir nossos filhos para a escola da cidade garantiriam estudo melhor, pois a nossa escola precisava de reforça e melhoria na estrutura, agora as nossa crianças ficam 1 hora no ônibus escolar até a escola.

(S. B. - Assentada no Assentamento Che Guevara)

A prefeitura de Pitanga, após 5 anos que reabriu a escola no assentamento, vem prometendo a construção da escola, decidimos na comunidade chamar o secretário de educação e pressionarmos para agilizarem a construção da escola, a instalação da energia e água, ao se sentir pressionado o secretário ameaçou fechar a nossa Escola, mas não vamos permitir isso.

(P. P. – Liderança da comunidade do Assentamento Nova Esperança)

---

<sup>3</sup> Depoimentos coletados por Alessandro Mariano, em 2014.

Nos dois depoimentos se expressa o posicionamento de comunidades inseridas em assentamentos vinculados ao MST, que discordam da ação do Estado em relação à escola do campo. Em outro município do Paraná, temos como exemplo a ação do Movimento dos Pequenos Agricultores pela reabertura de uma escola.

Na manhã de hoje (28), o grupo de base do Movimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Silvérios, município de Pinhão – PR, se reuniu para discutir a reabertura da Escola Municipal Rural Nossa Senhora da Salete, na Comunidade.

O assentamento Silvérios é fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que chegou a conquista da terra a mais de 20 anos. No assentamento foi estruturada a Escola que foi nucleada no último ano. A escola tinha mais de 30 estudantes da 1ª a 5ª ano e mais um grupo de alfabetização de adultos. O local também serve de espaço para reuniões, para celebrações, encontros, festividades, se configura em ponto de referência para a saúde e centro de articulação do assentamento.

As famílias camponesas que vivem na região sentem as dificuldades geradas pelo fechamento da Escola. Nos dias de chuva as crianças não conseguem ir para a escola por falta de transporte escolar, na última semana teve campanha de vacinação na região e a equipe da saúde do município não foi até a comunidade. O pessoal percebe que o fechamento da escola traz outras dificuldades para a comunidade.

Para Rafael Vaz, membro da coordenação Estadual do MPA, “o fechamento da escola traz muitos prejuízos para a comunidade, não só na relação da educação em sala de aula, mas no conjunto da vida orgânica da comunidade. A luta pela reabertura da escola é muito importante e o MPA não medirá esforços para colaborar com a comunidade!” Disse. (MPA, 2014, s/p)

Outras comunidades de camponeses que sofreram com ameaças de fechamento de escola foram as de Leonópolis e Cachoeira, localizadas na área rural do município de Inácio Martins, quando o possível fechamento das duas escolas rurais, que juntas atendiam mais de 60 estudantes, com idades entre 06 e 10 anos, foi anunciado pela Secretaria Municipal de Educação - a Escola Rural Municipal de Leonópolis e a Escola Rural Municipal Agostinho Ermilino de Leão Filho. A argumentação para o fechamento foi a vistoria do Corpo de Bombeiros que identificou algumas falhas na estrutura das paredes. Porém, a mobilização da comunidade impediu isso como relata o presidente do sindicato desse município:

Tendo em mãos a referida lei e também uma cópia da carta de compromisso contra o fechamento das escolas do campo da Articulação Paranaense de Educação do Campo, também enviada pela FETAEP, os pais de alunos elaboraram um abaixo assinado que

foi encaminhado à prefeitura. Após a mobilização, o prefeito do município, Marino Kutiansk, em reunião com os pais de alunos e moradores de Leonópolis e Cachoeira, se comprometeu em manter abertas as duas escolas e também em realizar as melhorias necessárias para a segurança dos alunos e funcionários. Na sequência, informou que deverá construir duas novas sedes. (FETAEP, s/n, 2014)

O fechamento de turnos/turmas/escolas do campo, como vemos nos depoimentos, traz dificuldades para as comunidades, pois, a elas se impõe o sofrimento do uso diário do transporte escolar; a saída do campo para estudar; a forma da escola urbana; a perda de referência da escola como espaço de encontro da comunidade ou, ainda, quando consegue a reabertura, se impõe a precariedade.

Quando o poder público pressiona a comunidade e decide fechar a escola, a mesma não deve aceitar o fato como consumado, impossível de ser revertido. O primeiro passo é realizar uma Assembleia e discutir a questão, registrando em Ata, organizando a comunidade para se posicionar. A ação de organização coletiva não pode ser restrita aos profissionais da escola. Após a Assembleia e tomada a decisão de lutar pela reabertura ou contra o fechamento de turmas/turno/escolas do campo, faz-se necessário que a Ata seja apresentada junto à Promotoria Pública, buscando pressionar os órgãos públicos para rever os processos ou impedir a finalização dos mesmos.

Tais posicionamentos exigem reflexões sobre o impacto do fechamento de escolas do campo na vida dos sujeitos que vivem no campo. Algumas são indicadas por Albuquerque, que ao apresentar o impacto desse processo afirma que

São vários. Mas gostaria de destacar um dos principais impactos que é do ponto de vista da subjetividade. As crianças e jovens que se deslocam diariamente para estudar na cidade sofrem com o preconceito e a discriminação pelo fato de serem do campo. A cultura urbana se coloca como superior a do campo, e essa hierarquização acaba tendo impactos direto nos processos educacionais. E não poderia ser diferente. Uma vez que a cidade está colocada como sinônimo de modernidade, o campo é visto ainda como sinônimo de atraso, mesmo sendo os trabalhadores rurais responsáveis por colocar mais de 70% dos alimentos em nossa mesa. Por experiência própria, quando fiz uma das séries do ensino fundamental em uma escola da cidade, eu e os outros colegas do assentamentos éramos tratados como “inferiores”, “os coitadinhos”, quer seja pelos colegas de sala ou pelos próprios professores que não tinham formação suficiente para lidar com essas realidades. Tais posturas levam as crianças e jovens a terem vergonha de suas origens, de suas raízes, de ser o que é e passa a fortalecer uma ideia de inferioridade, levando a muitos casos de desistência da escola, e conseqüentemente, desiste do sonho de continuar estudando. Por isso que a luta contra o fechamento e por construção de escola no campo tem o sentido

de poder tornar real o sonho de milhares de crianças e jovens de continuar estudando. (ALBUQUERQUE, 2011, s/p.)

Nessa afirmação o autor nos remete a considerar o preconceito que os sujeitos do campo enfrentam e possíveis causas da evasão escolar que, muitas vezes, acontece entre eles. Tais elementos contribuem, de alguma forma, para levar esses sujeitos a se afastar da cultura e do modo de viver da sua comunidade. Assim, a escola, nesse caso, contribui para consolidar um processo de estranhamento desses sujeitos em relação ao seu contexto, a sua cultura e aos demais sujeitos que vivem no campo.

Nesse sentido, Caldart (2001, p. 141) remete-nos a refletir esta questão quando discute a escola como instrumento de “enraizamento” e o enraizamento como possibilitador de construir um projeto.

Toda vez que a escola desconhece ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. Do ponto de vista do ser humano isto é muito grave, é violentamente desumanizador.

Consideramos ainda, que nas comunidades do campo a escola representa um ponto de encontro da comunidade, tem caráter agregador, potencializando as possibilidades de organização coletiva. Entendemos que o fechamento da mesma, inibe ou até inviabiliza esses processos.

Outro impacto do fechamento das escolas do campo pode ser justamente a diminuição dos anos de escolarização dos sujeitos que vivem no campo, fato que tem consequências. Leher (s/d) entende que a falta de escolarização está diretamente relacionada com o desemprego. Afirma o autor que, segundo “recente estudo da OCDE<sup>4</sup> atesta que, no Brasil, o índice de desemprego entre os que não concluíram o ensino

---

<sup>4</sup>. OCDE, Relatório "Olhares sobre a Educação 2010", noticiado em: UOL, Últimas Notícias, 7/9/10, OCDE: Desemprego no Brasil é menor entre os que não concluíram 2º grau, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/bbc/2010/09/07/ocde-desemprego-no-brasil-e-menor-entre-os-que-nao-concluíram-2-grau.jhtm>

médio é menor (4,7% da população ativa) do que aqueles que concluíram o referido nível (6,1%)” (p.3).

Outro aspecto a considerar é que a permanência dos sujeitos no campo está intimamente relacionada a várias questões: a possibilidade de produzir renda, a possibilidade de realizar anos de escolarização e outros. Se no campo há escola só dos anos iniciais do Ensino Fundamental, há uma tendência a se minimizar os anos de permanência da juventude no campo. Se, por outro lado, a escola que lá está garante a escolarização até o final do Ensino Médio, há uma tendência de se ampliar os anos de permanência da juventude no campo. Se tivessem a possibilidade de escolarização em todos os níveis e se isso fosse associado a políticas públicas de trabalho e renda, de distribuição da terra, com certeza haveria uma potencialização das possibilidades desses sujeitos permanecerem no campo e lá viverem com dignidade. Ao registrar tal afirmação, também queremos explicitar nosso entendimento de que não se pode refletir sobre o fechamento das escolas sem que isso implique na análise de outros elementos da vida dos sujeitos do campo. Isso significa entender que a luta contra o fechamento das escolas do campo ocorre no contexto da luta de classes.

## **Conclusões**

Apesar de apresentarmos elementos que indicam nossa defesa pela permanência das escolas no campo, queremos registrar que a garantia disso, isolada de outros aspectos, pode levar a uma análise simplista de uma questão que julgamos, bastante complexa. E essa não é nossa intenção. Entendemos que, além de manter as escolas em funcionamento no campo, há a necessidade de que isso seja acompanhado da consolidação de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada; valorização dos profissionais da educação que atuam nessas escolas; de transporte, preferencialmente, intra-campo acompanhado da manutenção das estradas; de garantia de igualdade de condições de acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, dentre outros.

Faz-se necessária uma mudança radical da forma e do conteúdo dessas escolas para que cumpram sua função social de socializar o conhecimento produzido pela humanidade; de ser instrumento de formação humana em suas diferentes dimensões; de contribuir para a formação de sujeitos críticos, posicionados na sociedade para

tornarem-se *classe para si*, na perspectiva da emancipação humana que, com certeza, só se consolidará numa outra forma social, mas que precisa começar a ser engendrada na velha e atual forma. Assim, concluímos, a partir desse entendimento e provocando a reflexão de que, apesar de considerarmos a escolarização importante, salientamos que ela, obrigatoriamente, não pode se separar da luta. Para isso, fazemos nossas as palavras que Leher emprestou de Lênin: “A verdadeira educação das massas jamais poderá separar-se de uma luta política independente e, sobretudo da luta revolucionária das massas mesmo. Só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida das suas forças, amplia seu horizonte, desenvolve suas capacidades, ilumina sua inteligência e tempera sua vontade”<sup>5</sup>.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Luiz Felipe. 2011. **Fechamento de escolas do campo é retrocesso", afirma dirigente do MST**  
Disponível em <http://mst.org.br/Fechamentos-de-escolas-do-campo-e-umretrocesso-afirma-erivan-hilario-mst> Acesso em 7 de junho de 2014.
- BRASIL. **Constituição Brasileira** de 1988.  
\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, número 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- CACIAN, Natália. **Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na região rural**. Da folha de São Paulo. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/15809> Acesso em 7 de junho de 2014.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 7, n.º 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, março – junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, V.15, N.º 43, São Paulo: 2001.
- FERNANDES, B. M. Educação do Campo e território camponês no Brasil, In: SANTOS, C. A. (org.) **Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p. 39-66. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 07).
- FETAEP. Fetaep auxilia comunidades de Inácio Martins contra o fechamento de duas escolas [http://www.fetaep.org.br/?pg=ler\\_noticia&id=454](http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_noticia&id=454).
- GHEDINI, Cecília Maria; PARMIGIANI, Jacqueline e GOBO, Paulo Roberto. **Articulação paranaense: por uma educação do campo**. Porto Barreiro, 2000. Caderno 1
- IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- LEHER, Roberto. **Educação popular e luta de classes: um tema do século XXI**. s/d. (mimeo)
- MPA. **MPA apoia movimento pela reabertura de escola do campo do Paraná**. 2014. Disponível em <http://mpaparana.blogspot.com.br/2014/04/mpa-apoia-luta-por-reabertura-de-escola.html>. Acesso em 23 de maio de 2014.

---

<sup>5</sup> Lênin, *Relatório sobre 1905* (janeiro de 1917).

MST. **Saiba as linhas gerais das reivindicações para a Educação do Campo.** 2011. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/11874> Acesso em 7 de junho de 2014.

PARANÁ. SEED. **Plano Estadual de Educação. PEE.PR – uma construção coletiva.** Versão preliminar. Curitiba, SEED, setembro de 2005 (mimeo).